PROJETO DE LEI Nº , DE 2009
(Do Sr. Ricardo Trípoli)

Proíbe a construção de usinas hidrelétricas em estâncias hidrominerais, climáticas e turísticas.

O Congresso Nacional decreta:

Fica proibida a construção de Usinas Hidrelétricas (UHE) e Pequenas Centrais Elétricas (PCH) nos municípios que possuem o título de estância hidromineral, climática ou turística, concedido por ato do Poder Público Federal ou Estadual.

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As hidrelétricas respondem por 86% da oferta de energia elétrica hoje no Brasil e seguirão sendo nossa principal fonte de eletricidade no futuro. A energia hidráulica é renovável e limpa, do ponto de vista da emissão dos chamados gases estufas, embora estudos recentes indiquem que em situações específicas, como no caso de Balbina, na Amazônia, a contribuição das hidrelétricas para o aquecimento global possa ser maior do que se pensava, em função da grande emissão do gás metano, que tem um potencial térmico 25 vezes maior do que o do gás carbônico.

De qualquer forma, não há dúvida de que as hidrelétricas são fundamentais para a vida do País, e deverão continuar a ser construídas no futuro. Além das grandes usinas, também as pequenas centrais elétricas, as denominadas PCHs, já desempenham hoje um papel importante na geração de eletricidade, e essa importância deverá crescer no futuro. As PCHs em

operação e em construção no País somam atualmente 350 unidades, com potência total de quase 3 kW.

Não se pode ignorar, entretanto, que as usinas hidrelétricas, grandes ou pequenas, causam um significativo impacto ao meio ambiente. O principal impacto, evidentemente, decorre da formação do reservatório das usinas. Nos grandes barramentos, dezenas ou centenas de quilômetros quadrados de vegetação natural, junto com a fauna residente, são destruídos. O impacto das barragens irradia-se pelos rios, prejudicando a fauna aquática, principalmente os peixes que sobem os rios para desovar.

O impacto social costuma ser também significativo e, em muitos casos, dramático, com o deslocamento forçado de comunidades inteiras.

Mesmo no caso das PCHs, o impacto ambiental pode ser de grande monta, quando a construção da central ou o desvio do canal compromete uma alça do rio. Além disso, a construção de várias PCHs em um rio pode causar um impacto igualmente significativo sobre a flora e a fauna, especialmente aquática.

O impacto, tanto ambiental quanto social, da construção de usinas hidrelétricas é particularmente elevado naqueles municípios com valioso patrimônio ambiental, que constitui a base da economia municipal. Refiro-me, em particular, aos municípios que possuem título de estância hidromineral, climática ou turística. A economia e a vida desses municípios depende, diretamente, da conservação dos seus recursos hídricos, paisagísticos, de flora e de fauna. Qualquer dano a esses recursos tem impacto negativo direto e de grande monta sobre os meios de vida dos munícipes.

Estamos convencidos de que toda e qualquer avaliação de custo benefício da construção de usinas hidrelétricas em estâncias hidrominerais, climáticas ou turísticas, que, ao lado do benefício decorrente da geração de eletricidade, contraponha os danos causados à economia municipal, concluirá pela inviabilidade do empreendimento.

Por consequência, estamos apresentando o projeto de lei em epígrafe, onde se propõe a proibição da construção de usinas hidrelétricas, grandes ou pequenas, em municípios que possuem título de estância hidromineral, climática ou turística. Contamos com o apoio dos nossos pares nesta Casa para sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2009.

Deputado **Ricardo Trípoli**